

VIEMOS PARA MUDAR. RENOVA SINTRAJUD!

1. CONJUNTURA

2. A eleição de Bolsonaro em 2018 foi a continuidade do golpe jurídico-parlamentar de 2016, e o que parecia ruim piorou. Estivemos sob um governo com características ultraliberais e autoritárias/neofascistas, como demonstrou nos seus 4 anos. Ultraliberais, pois colocou o mercado como agente único de transformações, dispensando e combatendo a presença do Estado. Autoritária não só no discurso de não reconhecer a Ditadura Militar de 1964, mas com ataques às instituições, aos servidores da Justiça Eleitoral e ao reconhecimento da vitória da oposição nas urnas, entre outras atitudes.
3. **Mas em que isso afetou a nós, servidores públicos?** No aspecto econômico, além de sermos atingidos enquanto cidadãos devido à piora dos serviços públicos, tivemos uma política de ataque constante. Salários arrojados pela inflação, ataques ao concurso público e à estabilidade e a pecha de inimigos a ser derrotados pelo governo são exemplos de um discurso cujo objetivo era destruir o serviço público e tudo que o circunda.
4. Estes são apenas alguns exemplos do impacto do ultraliberalismo do antigo governo no cotidiano do servidor.
5. De outro lado, a limitação da liberdade sindical e democracia no Brasil nos últimos 4 anos é o maior exemplo de autoritarismo. Os sindicatos e movimentos sociais eram vistos como entraves, inimigos, que precisam ser cotidianamente combatidos.
6. **Na eleição de 2022, a derrota de Bolsonaro. E agora?**
7. O governo Lula assume com uma proposta de união e reconstrução, numa frente ampla para derrotar a extrema direita bolsonarista. Mesmo perdendo a eleição presidencial, a extrema direita mostra força no Congresso e nas ruas, principalmente depois da tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro. Não nos iludamos: somente com a classe trabalhadora mobilizada poderemos avançar com a recuperação de direitos e impedir derrotas em projetos que teimam em ser colocados para a destruição do serviço público. Apesar de derrotada no governo anterior, a PEC da reforma administrativa precisa ser definitivamente arquivada, assim como precisamos resgatar direitos duramente atingidos na reforma da Previdência.
8. O perfil do Congresso eleito em 2022 apresenta-se ainda pior do que o anterior, pois a maioria dos parlamentares foi eleita pela força do poder econômico e houve uma expressiva votação na extrema direita, que ainda conta com mais de uma centena de parlamentares, em prejuízo dos interesses reais dos trabalhadores.
9. E a mobilização da população é a grande tarefa que se impõe à organização sindical e às frentes populares. A possibilidade de diálogo com o governo não deve nos deter, pois mesmo com a formação de uma grande frente democrática não haverá avanços sem a participação popular. E a democracia deve ser a preocupação constante, pois nada nos garante que a besta do fascismo está totalmente derrotada.
10. Nós, do Coletivo RenovaSintrajud, não desprezamos a luta institucional e o avanço que significou a derrota de Bolsonaro para o Brasil e para o Serviço Público, mas avaliamos que o principal combate a ser travado é nas ruas, junto aos movimentos sociais/sindicais, construindo os comitês populares de luta. Precisamos retomar o trabalho de base, falar para fora da bolha da esquerda, ou seja, sair de nossa zona de conforto e

dialogar com os diversos setores da sociedade, formando uma rede que, apesar das diferenças, tenha em comum o objetivo de combater o neoliberalismo e conter a onda autoritária, que não é um fenômeno apenas brasileiro: nossos irmãos latino-americanos passam por processos semelhantes ao que vivemos aqui.

11. Outrossim, um esclarecimento pertinente: o “Renova Sintrajud”, coletivo autônomo e independente em relação ao Governo Federal e ao STF, de centro-esquerda no espectro político e não subordinado a qualquer partido político ou central sindical, foi formado, originalmente, a partir de uma motivação comum principal: a defesa da democracia, da legalidade e do Estado Democrático de Direito. Somos, de fato, um grupo independente: nem “cutistas”, nem “anticutistas”. Pretendemos subverter tal lógica imobilizante, a partir de um novo paradigma de atuação, tendo a base pela base como referência, assumindo a responsabilidade histórica de ousar defender a democracia para além de qualquer disputa político-partidária!
12. Assim, defendemos um sindicalismo classista, democrático e de massas. **Classista**, por entender que o Sintrajud deve estar ao lado daquele e daquela que vive do suor do seu labor e articulado com demais entidades sindicais e movimentos sociais com o mesmo propósito; **democrático**, porque entendemos que quem “manda” é a base e não podemos aparelhar o sindicato com a nossa ideologia/ pautas, os nossos funcionários ou repasse de dinheiro; **de massas**, porque não concordamos com um sindicalismo de fraco/ de vanguarda e de bravatas, mas sim com lastro na categoria, que tenha a mobilização, de maneira conjunta com a articulação num binômio, como a força motriz do sindicalismo.
13. Poderíamos buscar culpados e apontar omissões que nos levaram a toda situação limite que vivemos nos últimos quatro anos. Porém, essa é uma tarefa para a história. Não podemos deixar de destacar que sem uma forte unidade na luta continuaremos a correr o risco de ser dizimados.

14. BALANÇO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

15. Os desafios do Sintrajud

16. O grupo Reconstrução, constituído para as eleições de 2017 e mantido nas eleições de 2020, apresenta-se agora como Renova Sintrajud. Porém, para além da mudança de nome, continuamos a questionar a necessidade de termos uma nova prática política em nossa atividade sindical, um verdadeiro projeto sindical alternativo. A baixa representatividade do Sintrajud na categoria (pouco mais de 20% de sindicalizados, número que vem caindo ano após ano) e o distanciamento do discurso de suas direções do dia a dia da base revelam isso. É cada vez mais evidente a pouca eficácia das ações meramente performáticas que são apresentadas à categoria.
17. Não há quem não veja nos canais de comunicação do sindicato – impressos ou digitais – o personalismo escancarado da atual direção. Fotografias das atividades sindicais, em quase totalidade, trazem sempre as mesmas pessoas, num esforço equivocado de autopromoção pessoal. É necessário incorporar o conjunto dos servidores nos canais de comunicação, isso inclui não somente setores atuantes da oposição, mas, sobretudo, a base sindical, que precisa ser vista como peça fundamental da engrenagem de lutas, promovendo o necessário engajamento. A autopromoção não fortalece a luta dos trabalhadores, pelo contrário: gera cisão, isolamento e terceirização das lutas sindicais.
18. Precisamos registrar: **a maioria da categoria é indiferente ao Sintrajud**. E isso é preocupante. Precisamos de uma entidade sindical que tenha lastro na categoria e não

apenas alguns colegas/ “vanguarda”, “abnegados”, que falam ao vento. Reconstruir este ponto de diálogo e de escuta com a categoria é urgente e necessário.

19. Além disso, é fato que as direções do Sintrajud nos últimos 20 anos têm dificuldade de lidar com posições antagônicas até mesmo no campo da esquerda. Aliás, é sintomático mesmo não existir oposição de direita à direção, já que tem sido muito mais fácil atrair para seus quadros militantes com esse perfil, que se tornam área de influência da direção.
20. Resulta disso que temos uma direção com um discurso que agrada uma parte da categoria por se apresentar com bandeiras que em muito se assemelham com aquelas que levaram Bolsonaro ao poder: ênfase no antipetismo, ataques à CUT, demonização de lideranças do campo da esquerda etc., em vez de um combate ao ultraliberalismo e neofascismo. Ora, em sua grande maioria a categoria rechaça o discurso político-partidário do sindicato, e muitas vezes ao trazer certos temas para o cotidiano sindical a direção do Sintrajud mais confunde do que esclarece. E em alguns momentos não se sabe se os jornais do sindicato vêm para tratar das questões que afetam o dia a dia dos trabalhadores ou para fazer formação político-partidária.
21. Consequência visível de tudo isso é a debandada geral da categoria, que escolhe se filiar à Anajustra ou até mesmo ao Sindiquinze, do TRT da 15ª Região. Sintomático. Se tivéssemos liberdade sindical plena no País, o Sintrajud já estaria totalmente esvaziado. Mas nós do Renova Sintrajud ainda insistimos: isso pode mudar.

22. E O QUE PROPOMOS?

23. Defendemos a construção de um projeto sindical alternativo, que assuma, como eixo estratégico, a democratização (interna e externa) do Poder Judiciário, bem como seja capaz de promover a renovação da prática sindical (numa ação da base pela base). Para além da disputa político-partidária, a construção de uma instituição efetivamente democrática e que coloque em primeiro lugar a defesa dos direitos e garantias da categoria, da classe trabalhadora e do povo brasileiro.
24. **Proporcionalidade:** podemos iniciar essa construção abrindo para o debate com a categoria a necessidade de uma maior participação na direção executiva do Sindicato, com o preenchimento dos cargos de forma proporcional, de acordo com o resultado das eleições. Este é, aliás, o critério adotado pela Fenajufe e pela central CSP/Conlutas, à qual o sindicato é filiado. É, também, um exercício de democracia sindical. Temos, ainda, a clareza de que tocar um sindicato durante três anos é uma tarefa de responsabilidade que pode ser compartilhada pelos diferentes “ramos” ideológicos da categoria, construindo uma composição o mais sólida possível no que tange àquelas e aqueles dispostos a colocar a mão na massa e fazer uma gestão histórica da base pela base.
25. **Organização por local de trabalho:** entendemos como essencial o estímulo à organização por local de trabalho. Constatamos com tristeza que há pelo menos seis anos não se realizam eleições para Diretoria de Base. Mas entendemos que a participação dos diretores de base deve existir para ampliar o diálogo entre a direção e a base, e não apenas para o cumprimento formal de uma obrigação estatutária ou ser uma “correia de transmissão” da diretoria de plantão. É preciso que os diretores de base sejam efetivamente dirigentes e atuem com independência e autonomia, e não apenas uma extensão da diretoria executiva. Assim, defendemos a convocação imediata das eleições dos Diretores de Base, bem como o orçamento participativo para que estes Diretores possam decidir sobre os rumos de 5% do saldo livre das finanças do Sintrajud.

Defendemos, ainda, a liberação destes dirigentes pelo menos 1 dia por quinzena para exercício do trabalho de base, bem como a ida a atividades em Brasília sem necessidade de compensação posterior.

26. **Conselho Fiscal. Transparência já!** Ainda sobre organização sindical, defendemos a obrigatoriedade de participação de todos os Conselheiros Fiscais para análise contábil da entidade. Não podemos concordar com o que ocorreu na atual gestão: pelo fato de não terem elegido os conselheiros suplentes próximos da atual gestão, mudaram completamente a prática política desde a fundação do Sintrajud e o estabelecido no Estatuto, e vetaram a participação dos conselheiros fiscais suplentes, tudo em desacordo com o Estatuto da entidade.
27. **Pela democratização da máquina sindical Sintrajud** – nos últimos 20 anos, o atual grupo levou o Sintrajud a ser um espaço de muita forma e pouco conteúdo. As assembleias virtuais somente foram adotadas pela atual direção por imposição da pandemia de Covid-19 e, com o fim da pandemia, ainda há resistência às atividades presenciais ou híbridas, já adotadas na maioria dos sindicatos. Ou seja, o que era uma exceção – somente implementada pela absoluta impossibilidade da reunião presencial – virou a regra para a atual diretoria solapar a democracia sindical.
28. Para mudar esta situação e ter uma atuação da base pela base, faz-se necessário reaproximar o Sintrajud da categoria, em especial dos fóruns do interior e não centrais. O Sintrajud pode e deve ter apoio de seus funcionários, mas a maioria da categoria mal sabe quem são os dirigentes da entidade devido à burocratização sindical! É preciso retomar o trabalho de base e as pontes com os colegas que não trabalham na capital.
29. Assim, defendemos a realização de mais assembleias setoriais que não sejam apenas consultivas, mas também deliberativas, fazendo desta parte da assembleia geral, conforme aprovado por maioria na Estatuinte de 2016 (apesar de entendimento contrário da direção da entidade).
30. Para democratizar o Sintrajud, precisamos utilizar a tecnologia e permitir que colegas que trabalham no interior do Estado tenham o mesmo direito de se apropriar dos espaços que os demais colegas da capital. Aqui não se defende de maneira irresponsável “assembleias virtuais”, mas que a transmissão *online*, em conjunto com a atividade presencial, seja instrumento de empoderamento e formação política e, inclusive, de consulta à categoria. A experiência adotada por imposição da pandemia de Covid-19 nos permite vislumbrar a possibilidade de assembleias híbridas (presenciais e virtuais), que estimulam a participação de filiados de todas as regiões do Estado. Assim, propomos que as Assembleias Gerais do próximo triênio sejam necessariamente híbridas, havendo participação virtual e presencial.
31. **Subsede no interior:** como forma de aproximação com a base, muito pertinente seria a elaboração de estudo de viabilidade para criação de subsedes no interior, a exemplo da existente na Baixada, asseverando que tal mecanismo de descentralização não seja meramente formal, mas tenha caráter efetivo de prestação de serviços, informação, formação (cursos, palestras...) e inclusão. Assim, seria um espaço para assembleias setoriais consultivas e deliberativas, conforme previsão estatutária.
32. **Transparência total!** - ainda sobre o quesito “democratização sindical”, precisamos disponibilizar aos sindicalizados, de maneira periódica e de fácil acesso, a prestação de contas da nossa entidade. Além disso, publicar, em regra, as atas das reuniões da diretoria para que haja possibilidade de acompanhamento da base das decisões que serão tomadas, acabando com a caixa preta que existe na atual gestão.

33. **Redução da contribuição mensal:** defendemos debater com a categoria uma redução progressiva da contribuição, a partir de um estudo elaborado com essa finalidade. Isso não significa negar a importância de se ter um Sintrajud forte financeiramente para subsidiar as lutas. No entanto, o valor de 1% da remuneração bruta ao mês, somado a outras críticas que tecemos acima e abaixo, nos leva a um número de sindicalização abaixo da média no serviço público e um distanciamento da base com o seu sindicato. A redução pode ser para novos filiados, para atrair os colegas para o mundo sindical; ou redução progressiva da contribuição sindical adotando os critérios de tempo de filiação, aposentadoria e idade para manutenção de filiados mais antigos, entre outros exemplos.
34. **Atuação de Coletivos no Sintrajud:** Poucos coletivos funcionam efetivamente no Sintrajud. Enquanto a Fenajufe tem reuniões de Coletivos de Técnicos, Analistas, Oficiais, Polícia Judicial, TI, Negros e Negras, Mulheres, Jurídico, entre outros, no Sintrajud só funcionam com maior regularidade o coletivo de mulheres e o de Oficiais de Justiça, sendo que este último não tem autonomia para nada, além de se reunir. Por isso, propomos o funcionamento desses coletivos, uma maneira de acolher as diversas demandas da categoria, potencializando a mobilização nos momentos necessários.
35. **Plebiscito sobre a filiação à Conlutas / Nenhuma central nos representa!** – Após o início do primeiro governo Lula, houve uma grande divisão no movimento sindical. De um lado, aqueles que eram da tese de defender o governo, chamados de “governistas”, reunidos basicamente na CUT; outros, em especial após a criação do PSOL, defendiam uma oposição à esquerda do governo, chamados de “oposição de esquerda, ou esquerdistas”, reunidos basicamente na Conlutas (em 2004).
36. Apesar da simplificação acima, havia diferenças das forças políticas que compunham a CUT e a Conlutas. No entanto, o que era uma divergência político-ideológica, com o reconhecimento legal das centrais sindicais em 2008 e o destino de milhões de reais das contribuições compulsórias e do imposto sindical para as centrais, transformou-se em disputa de aparelhos: cada força política “criou” sua própria central: a CUT, basicamente, era ligada ao PT; a CTB, ao PCdoB; a Intersindical, ao Psol; a Conlutas, ao PSTU; além de outras centrais como a Força Sindical (vinculada ao Paulinho da Força), a UGT, a CSB, NCST e a Pública, entre outras.
37. Assim, perdeu-se a ideia de central única (que reúne todos os sindicatos), vinculando a luta comezinha à luta geral da classe trabalhadora, para a central de cada partido/organização. Deste modo, apesar de entendermos de suma importância a vinculação da luta da nossa categoria à luta geral da classe trabalhadora (e por isso defendemos a filiação a Fenajufe), no atual cenário, com a divisão existente entre as centrais, somos pela desfiliação da Conlutas e pela não vinculação do Sintrajud a nenhuma central! Além da reflexão feita acima, aproveita-se os mais de R\$ 1 milhão da contribuição desta gestão repassada à Conlutas para o interesse direto dos nossos servidores, revertendo-se inclusive na redução da mensalidade sindical, que é uma de nossas propostas. Conlutas não tem lastro social (baixa capacidade de mobilização e inserção na sociedade) e nenhum lastro institucional (quantos deputados tem o PSTU?), não havendo por que sustentarmos essa Central da qual recentemente o Andes (Sindicato Nacional dos Professores Universitários), inclusive, se desfilou.
38. Pelas razões apontadas, apesar de termos o entendimento acima, **defendemos um plebiscito entre os trabalhadores do Judiciário Federal de SP** (base do Sintrajud) para que decidam se querem continuar ou não filiados à CSP/Conlutas, pois somente a base, legitimada, com debate prós e contras, pode decidir o rumo da filiação. Não

podemos continuar sustentando financeiramente uma Central com a decisão de uma minoria numa assembleia de mais de 20 anos atrás.

39. DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA E POLÍTICA SALARIAL

40. O debate de Plano de Carreira, como foi conduzido nos últimos anos, tinha foco total na campanha salarial, com forte viés individualista e acompanhado da interrupção do debate sobre plano de carreira mais estratégico. Além disso, foi instrumentalizado, principalmente após 2013, com maior foco na construção de oposição ao governo da época (aparelhando a luta) do que na construção de soluções para os problemas que sofre a categoria.
41. No CNJ, acatando proposta da Fenajufe, o Fórum aprovou a criação de um grupo de trabalho (GT) dedicado aos debates da reestruturação da carreira dividido em três eixos: 1. Descrição de Cargos; 2. Desenvolvimento, Qualificação e Qualidade de vida no Trabalho (QVT); e 3. Reestruturação da Malha Salarial e política de recomposição.
42. Os integrantes terão 180 dias para discussão e apresentação dos relatórios; o coordenador do Fórum, conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, solicitou já os nomes para composição dos subgrupos. Destacamos o escopo dos subgrupos:
43. **Subgrupo 1** - Descrição de Cargos: estudos e propostas de atualização para as estruturas dos cargos/especialidades, áreas, competências e atribuições. Tem por objetivo realizar estudos, apresentar, debate e deliberar propostas de adequação das estruturas do cargo de analista judiciário e do cargo de técnico judiciário (agora reposicionado como cargo de nível superior) e as especialidades de cada cargo, nas áreas de atividade, mobilidade entre as áreas, entre outras pautas que venham ser incluídas pelo GT de Reestruturação da Carreira para apresentação ao GT de Reestruturação.
44. **Subgrupo 2** – Desenvolvimento, Qualificação e Qualidade de vida no Trabalho (QVT). Objetiva elaborar estudos e propostas de atualização das estruturas de desenvolvimento e dos programas de qualificação na carreira através de alterações na Lei e modificações subsequentes nas regulamentações via Portarias Conjuntas. Revisão de Classes/Padrões, percentuais interpadrões (STEP), grau de superposição entre tabelas, AQ e AQT (revisão de percentuais e das certificações necessárias para alcance dos percentuais), Programas de Formação e Aperfeiçoamento, entre outras pautas que venham ser incluídas pelo GT de Reestruturação da Carreira.
45. **Subgrupo 3** – Reestruturação da Malha Salarial e política de recomposição visa a realização de estudos e construção de propostas de reestruturação da malha salarial, anexo 1 da Lei 11.416/2006, que contemple as proposições obtidas no grupo 2 sobre revisão de Classes/Padrões, percentuais interpadrões (step), grau de superposição entre tabelas dos cargos de técnico e analista; Estudos e proposição sobre possibilidade de reenquadramento classe/padrão por tempo de serviço para ativos e aposentados; Tabela dos valores percentuais para Adicional de Qualificação, entre outras pautas que venham ser incluídas pelo GT de Reestruturação da Carreira.
46. Diante do desafio colocado, entendemos que o Sintrajud precisa fazer um grande debate junto à categoria de SP sobre os assuntos acima colocados, consultando a base antes de

qualquer defesa autoritária e sem debate prévio com a categoria. Desde já, apontamos alguns pontos a serem defendidos na Carreira:

47. **Data-Base e Negociação Coletiva** – a pauta da data-base foi negligenciada nos últimos anos pela atual gestão; a importância da negociação coletiva sequer é pauta no site ou redes sociais do nosso Sindicato. Assim, propomos que o Sintrajud se articule com a Fenajufe e demais entidades sindicais do país para avançar a luta pela data-base, assim como a regulamentação da negociação coletiva no PJU;
48. **Carreira Típica de Estado e essencial à Justiça** - com o nível superior aprovado para técnicos, melhoraram as condições de reivindicação para que todos os servidores do PJU sejam classificados como Carreira Típica de Estado e/ou Essencial para Justiça. Assim, que o Sintrajud defenda a Carreira Típica de Estado e a essencialidade para a Justiça no próximo PCS ou por via parlamentar para todos e todas servidores e servidoras do Judiciário;
49. **FCs e CJs:** sobre as “famigeradas” FCs e CJs e seus altos valores, não vamos nos demorar sobre o tema, já discutido em outros Congressos. Defendemos a redução dos cargos comissionados e funções de confiança, redistribuindo este valor a todos os servidores, uma vez que entendemos como um instrumento para o controle de servidores, e um plano de carreira que estabeleça critérios objetivos para o provimento de cargos de supervisão e chefia, bem como avaliação de 360 graus.
50. **Adicional de qualificação, seja ele qual for.** Uma pós, mestrado ou doutorado tem impacto diferente na remuneração dos técnicos e de analistas. A base de incidência do adicional é o salário base, sendo que há diferenças entre os salários, apesar da dificuldade ser a mesma entre um colega técnico e analista ao cursar uma Pós. Uma baita injustiça! Assim, defendemos que o adicional de qualificação seja em cima da remuneração (e não só do SB) de último nível da carreira de um Oficial de Justiça, independente do cargo que ocupe a pessoa que fez os Cursos ou a Pós.
51. **Adicional por tempo de serviço.** Juízes e procuradores estão fazendo lobby pela retomada do adicional por tempo de serviço, direito retirado durante a gestão de FHC. Enquanto isso, só vemos atuação da Fenajufe sobre o tema. Assim, defendemos que o Sintrajud se some a campanha da Fenajufe e defenda que o adicional por tempo de serviço precisa ser restabelecido para todos os servidores públicos, sob pena de privilégio de juízes e procuradores;
52. **Terceirizações dos quadros de servidores do PJU e MPU:** com a Emenda 95, intensificou-se a pressão para terceirização de atividades fins de servidores. Secretários de audiência, Oficiais Ad hoc, requisição de prefeituras e em especial, a Residência Jurídica, entre outros temas. Assim, defendemos a luta pela retomada das nomeações de servidores no TRT SP, TRF 3, TER SP e Justiça Militar, articulando a luta para dentro do STF e do Parlamento.
53. **Nível superior para Técnicos:** O NS, alteração no nível de escolaridade para ingresso no cargo de técnico judiciário, é o pleito mais antigo e de maior legitimidade do Poder Judiciário da União, já que foi amplamente discutido em todas as entidades filiadas à Fenajufe, por meio de assembleias gerais e, por fim, em instância máxima da Federação.
54. A alteração do requisito de investidura no cargo de Técnico Judiciário, prevista na Lei 14.456/2022, fez justiça ao cargo, porquanto considerou a sua evolução em complexidade, a acompanhar a modernização do PJU, que demanda efetividade, celeridade e segurança em suas atribuições. Protege-se, assim, de extinção o cargo de técnico devido as funções eminentemente de ensino superior atualmente com o PJe,

- além de termos melhores condições de diminuir o fosso remuneratório existente entre técnicos e analistas, com a volta da sobreposição.
55. Nós do coletivo RenovaSintrajud corremos os gabinetes dos senadores e deputados Federais em busca do apoio necessário à aprovação do pleito dos técnicos. Estivemos presentes em instâncias deliberativas da Fenajufe, sempre trabalhando pela conquista daquilo que entendemos ser altamente benéfico à categoria. Abrimos o debate com a base, dando a ela o conhecimento acerca do pleito, muito pouco ou quase nada divulgado pela atual diretoria do Sintrajud, que pouco fez pela pauta.
 56. Assim, propomos lutar pela improcedência da ADI 7338, de relatoria do Ministro Edson Fachin, pois inexistente inconstitucionalidade nos artigos 1º e 4º da Lei 14.456/2022, que estabelecem o nível superior como requisito de ingresso no cargo de técnico judiciário (NS), bem como pela volta da sobreposição dos salários através de uma diferenciação entre os steps, mantendo-se o índice de reajuste para todos e todas;
 57. **Oficiais de Justiça - Cargo. Retomada** - o Congresso da Fenajufe já aprovou repetidamente a defesa do retorno do cargo de Oficial de Justiça, retirado no passado. Deste modo, o 13º Cojaf aprovou que a Federação apresente no próximo PCS a retomada do cargo de Oficial de Justiça, para que não seja apenas uma especialidade de Analista, evitando-se, assim, tentativas de extinção do cargo, transformação em outra especialidade e desvios de funções. O sintrajud precisa se somar a essa luta;
 58. **Polícia Judicial** – os ataques de 8 de janeiro demonstraram a importância de uma Polícia Judicial forte e estruturada. Assim, propomos que o Sintrajud se some na luta e nos encaminhamentos aprovados no último Conapol, aproveitando o PL 2447 de 2022 para se estruturar a carreira da Polícia Judiciária dentro da legislação brasileira.
 59. **Combate ao assédio moral, sexual e institucional:** Precisamos aprofundar o combate ao assédio moral e sexual, bem como ao abuso de poder. Denúncias ocorridas nos últimos anos demonstram que ainda há muito a ser feito, pois os temas não se esgotam apenas em uma campanha e nosso esforço de combate deve ser permanente. Devemos também realizar uma campanha contra a discriminação nas indicações de cargos de confiança, para que sejam adotados critérios mais objetivos e menos subjetivos nessas nomeações.
 60. **Recomposição parcial do salário: uma conquista, porém, precisamos de mais!**
 61. No dia 23 de dezembro de 2022, estávamos em Brasília lutando pela nossa recomposição salarial. Só no governo Bolsonaro houve quase 30% de inflação e nenhum real de reajuste. O congelamento salarial piorou as condições de vida dos servidores públicos.
 62. Por isso, nós do Coletivo RenovaSintrajud, em conjunto com a Fenajufe e demais entidades dos servidores públicos, adotamos a luta por um reajuste emergencial, deixando para um segundo momento o debate estrutural da carreira. Assim, conseguimos aprovar a recomposição parcial do salário de 19,25% em 24 meses, quebrando a política de congelamento salarial. Os servidores do executivo conseguiram apenas 9% até o momento, não aprovado no Congresso Nacional até o protocolo da presente tese.
 63. Para aprofundar o debate sobre a carreira, vamos participar do Encontro de Carreira da Fenajufe nos dias 20 e 21 de maio; do Fórum de Carreira no CNJ; e da Plenária da Fenajufe em novembro.
 64. Além da conquista parcial de recomposição salarial, fruto da pressão no STF e da articulação no parlamento para sua aprovação, entendemos que precisamos de mais.

Assim, defendemos que o Sintrajud se articule com a Fenajufe e demais sindicatos do Brasil para reivindicar o índice inflacionário acumulado com perdas.

65. **Quintos:** Infelizmente, parte da categoria não recebeu o reajuste em fevereiro deste ano, por causa de um julgado do STF, de 2020. Por essa decisão, a parcela incorporada entre abril/1998 e setembro/2001 que não tivesse amparada por sentença transitada em julgado seria absorvida por reajustes futuros.
66. O Sintrajud, mais uma vez, pouco se movimentou em prol desses servidores, como demonstram suas redes sociais. Ao contrário, o RenovaSintrajud posiciona-se a favor da isonomia: os colegas do PJU de todo Brasil precisam ter direitos iguais à mesma recomposição salarial. O Sintrajud precisa se somar a luta da Fenajufe para garantir a recomposição, mesmo que parcial, para todos os servidores.
67. **Reforma administrativa/ tributária.** Por fim, defendemos, ainda, a necessidade de lutarmos sem tréguas pelo arquivamento da PEC 32/ reforma administrativa apresentada por Bolsonaro e não aprovada graças à mobilização da articulação da Fenajufe junto com várias entidades do Executivo, Legislativo e Judiciário, seja da União, Estados e Municípios. O coletivo RenovaSintrajud participou ativamente de diversas iniciativas, com presença em Brasília nas mobilizações. Além disso, precisamos defender o interesse dos servidores na reforma tributária que está anunciada pelo Governo: que taxem os milionários desse país e não a classe trabalhadora e classe média da sociedade.

68. CONDIÇÕES DE TRABALHO E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

69. De acordo com o site do Sintrajud, nosso 9º Congresso acontece em meio a necessidade de reorganizar a categoria em defesa de direitos e dos serviços públicos. No Judiciário Federal, como resposta ao estrangulamento orçamentário, que foi aprofundado nos últimos anos pela Emenda Constitucional 95, o Conselho Nacional de Justiça e as administrações dos tribunais têm nos impingido processos de reestruturação que, na prática, são feitos sem diálogo com o conjunto da categoria, causando inseguranças e dúvidas.
70. Um claro exemplo de reorganização produtiva é o teletrabalho. Apesar de não ser uma nova forma de organização do trabalho, entrou com intensidade na vida dos trabalhadores do Poder Judiciário com a pandemia de Covid-19. E mesmo com um acúmulo brutal de estudos e teses sobre o impacto do teletrabalho na organização laboral, esse tema foi mal-conduzido pela direção do Sintrajud na relação com os tribunais. A nosso ver, fez falta uma estratégia de contraposição baseada em pesquisa com os envolvidos. A maior evidência disso foi uma resistência histórica seguida de uma verdadeira atropelada da base, que aderiu ao teletrabalho por todas as suas vantagens e aspectos positivos, ignorando quaisquer aspectos negativos.
71. Estudos de campo diversos apontam aspectos negativos do teletrabalho, tais como: suporte técnico insuficiente por parte da organização; velocidade de internet e problemas com softwares; problemas com questões de regulamentação legal do teletrabalho; dificuldades de interação e comunicação entre membros do grupo e teletrabalhador; isolamento social do teletrabalhador; sobrecarga de trabalho e falta de tempo de descanso e recuperação, pois os trabalhadores tendem a estender sua jornada quando não há um controle social ou tecnológico dos horários de trabalho (Grant;

- Wallace; Spurgeon; 2013; Konradt; Schmook; Malecke, 2000; Lewis, 2013; Tahavori, 2014).
72. Por outro lado, estudos internacionais têm apontado inúmeros benefícios do teletrabalho. Por exemplo, há dados sobre benefícios como usar roupas mais informais para trabalhar, redução do tempo de deslocamento entre casa e trabalho, mais tempo para a família, maior controle sobre o trabalho, ambiente de trabalho mais confortável, melhor organização das tarefas, mais motivação para trabalhar, aumento de produtividade, menos dias de afastamento por motivos de saúde, diminuição de custos com deslocamento e menor distração no desenvolvimento das atividades, entre outros aspectos.
 73. Na contramão do avanço das relações laborais e consolidação do trabalho remoto, a cúpula do Judiciário optou pelo retrocesso, sem sequer ouvir as entidades sindicais, determinando o retorno ao trabalho 70% presencial. Ora, não ouvir as entidades sindicais nacionais num tema que afeta mais de 200.000 famílias é uma atitude antidemocrática, para dizer o mínimo.
 74. Queremos e precisamos de democracia também na administração do Poder Judiciário, por isso, nós do RenovaSintrajud nos engajamos imediatamente na luta pela defesa do teletrabalho e, por meio da Fenajufe (Federação Nacional dos Servidores do PJu), continuaremos a batalha de médio prazo pela retomada, pelo menos, das mesmas regras pré pandêmicas.
 75. Aqui em SP, a atual diretoria do Sintrajud, demorou muito para atuar localmente. Com muitas bravatas e pouca efetividade na atuação, o resultado foi o caminho aberto à edição de resoluções prejudiciais aos servidores, como as do TRF3 e TRT2, que limitam o horário de trabalho (TRF3) e não preveem o trabalho híbrido (TRT2), a título de exemplo. Um sindicato fraco pouca conquista entrega aos seus servidores.
 76. Por essa razão, defendemos um amplo debate na categoria com esclarecimentos sobre todos os aspectos, bem como a defesa de que, no mínimo, retome-se aos patamares pré pandêmicos em relação ao Teletrabalho, sempre articulados com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário e do MPU.
 77. **Qualidade de vida no trabalho:** Propomos ao Sintrajud um amplo debate com a categoria sobre novos modelos de jornada flexível, que proporcionam qualidade de vida no trabalho, possibilitando soluções customizadas como trabalho híbrido, jornada de 4 dias e 30 horas semanais, para garantir o equilíbrio entre produtividade e qualidade de vida, mitigar os índices de adoecimento e promover bem-estar. Também propomos que seja instituída uma mesa de negociação permanente sobre condições de trabalho com os tribunais e, em nível nacional, com o comitê de eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça, que é responsável pela resoluções que tratam de metas de produtividade, de padronização de processos de trabalho, lotação do quadro de pessoal, entre outras questões relevantes para obter condições de trabalho justas para a categoria.

78. PLANO DE LUTAS

79. Diante de tudo o que já foi apresentado, defendemos que o Sintrajud tenha prioridades no período que está por vir, não descartando as pautas históricas já aprovadas em outros Congressos e acima nessa tese e que dispensam reapresentação. São elas, exemplificativamente e não ordenadas hierarquicamente:

80. **Carreira/ Luta salarial** - que o Sintrajud faça o debate do próximo PCS com a base, não deixando de atuar em conjunto com o funcionalismo público (data-base já! pela regulamentação da negociação coletiva), diante da perda do poder aquisitivo agravada pela inflação crescente no governo Bolsonaro, que corroeu nossos salários. Articular as lutas nas ruas e as greves, disputando a narrativa nas redes sociais e pressionando o Parlamento e o Governo; assim, que se dedique na construção e aprovação de um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) que dê conta de valorizar todos os cargos, rejeitando gratificações específicas a ramos ou segmentos, bem como carreiras exclusivas; é necessário retomar a luta pela ascensão funcional, desenvolvendo a possibilidade de crescimento durante mais tempo da vida funcional, evitando estagnação financeira precoce na carreira, reestruturando adicionais de qualificação, tudo conforme tese específica e propostas do Plano de Carreiras;
81. **Disputa nas mídias sociais e na mídia corporativa** - defender uma campanha de valorização dos servidores nas mídias sociais e na mídia corporativa, mostrando que não somos privilegiados e que o que está em jogo é a importância de um serviço público de qualidade e sua importância para a sociedade brasileira;
82. **Teletrabalho:** que seja feito um amplo debate na categoria com esclarecimentos sobre todos os aspectos, bem como a defesa de que, no mínimo, retome-se aos patamares pré-pandêmicos em relação ao Teletrabalho, sempre articulados com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário e do MPU. Pela defesa do trabalho híbrido no TRT 2 e jornada flexível para todos os colegas do TRF 3;
83. **Nomeações:** lutar pela nomeação de novos servidores para todos os segmentos em todos os cargos vagos, atuando junto ao CSJT, CJF, TSE e CNJ para alcançar estes objetivos, em parceria com a Fenajufe;
84. **Reajuste de verbas indenizatórias:** pautar o reajuste do auxílio-alimentação e auxílio saúde (assistência médica e odontológica) a todos os servidores ativos, inativos, dependentes e pensionistas.
85. Saiu a portaria de reajuste dos benefícios auxílio-alimentação e assistência pré-escolar. Servidores do PJU tiveram estes benefícios reajustados em 29,957% e os valores do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar serão R\$1.182,74 e R\$935,22, respectivamente.
86. O projeto de lei orçamentária enviado pelo governo anterior previa o congelamento do auxílio-alimentação. Felizmente, foi acolhida pela Câmara a emenda do Deputado Federal Alencar Santana Braga, de SP, proposta pelo coletivo RenovaSintrajud e pela Fenajufe, abrindo espaço para o reajuste até o acumulado da inflação no período.
87. Por fim, em relação ao auxílio-saúde, muito precisa avançar. Juízes estão com reembolsos que chegam a quase R\$ 3.200,47 (depende da faixa etária), enquanto nós servidores aqui de São Paulo não temos o mesmo direito.
88. **Defender a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;**
89. **Reforma administrativa:** lutar continuamente pelo arquivamento da reforma administrativa (PEC 32), pois terá como consequência o desmonte do serviço público, aumento do apadrinhamento político e do assédio moral e sexual com o fim dos concursos e da estabilidade, além do aprofundamento da corrupção e do enfraquecimento da seguridade social, entre outras consequências maléficas;
90. **Justiça do Trabalho** - Posicionar-se contra o esvaziamento ou extinção da Justiça do Trabalho, sendo a luta pela revogação da reforma trabalhista parte deste processo;

91. **Democracia e defesa dos servidores da Justiça Eleitoral** - lutar pela Democracia no Brasil e respeito a decisão do pleito de 2022, lutando pela segurança dos servidores da Justiça Eleitoral, diante dos ataques que sofre a Justiça Eleitoral;
92. **Liberdade Sindical** - realizar a defesa intransigente da liberdade sindical e da liberdade de associação, não aceitando qualquer tipo de intervenção do Estado nos sindicatos ou punição ao exercício da atividade sindical;
93. **Democratização do Judiciário (externa e internamente)**, conectando as lutas da sociedade civil por um Judiciário menos autocrático e mais democrático, conforme tese específica;
94. **PL da Desjudicialização:** contribuir, em conjunto com entidades do setor jurídico (como Fenajud, Fenamp, entre outras), para a derrota do PL da Desjudicialização da Execução, cujo objetivo é a privatização de parte do Judiciário; defendemos, assim, uma atenção especial contra os projetos de lei que tratam da desjudicialização da execução civil, tema de interesse não apenas dos oficiais de justiça, mas também do conjunto dos trabalhadores do Judiciário Federal, pois se trata de lutar contra um gigantesco e poderoso lobby dos donos de cartórios, que querem abocanhar parte importante da atuação do Poder Judiciário, com grande prejuízo ao jurisdicionado hipossuficiente e apenas privatizando a parte mais lucrativa da execução, exatamente aquela que resulta em somas financeiras.
95. **Revisão do sistema de seguridade social em prol dos trabalhadores:** lutar pela derrota da contribuição previdenciária extraordinária no STF, bem como revogar muitos dos parâmetros atuais, como exemplo a idade mínima desatrelada do tempo de contribuição, a pensão por morte, a taxa dos inativos, entre outras;
96. **VPNI/ GAE:** a redução salarial não pode ser tolerada. É preciso continuidade na atuação firme da Fenajufe no TCU e no Legislativo, apresentando, neste último, emenda ao PL 2342 para solucionar um possível entendimento maléfico do TCU;
97. **Indenização de Transporte:** lutar pela equiparação com o valor do STF e atualização anual do valor, bem como o fim do relatório e pagamento da IT durante férias ou outras licenças;
98. **Quinquênio:** a luta pela retomada desse direito tem que ser para todos os servidores públicos e não só para a magistratura, tendo a Fenajufe papel fundamental nessa construção;
99. **Polícia Judicial:-** Lutar pela Implantação da carreira (Agente de Polícia Judicial) com a nova nomenclatura visando dar maior estabilidade aos servidores, fortalecendo a sua atuação contra a terceirização e extinção dos cargos destes técnicos;
100. **Aposentadoria Especial e por Atividade de Risco:** Regulamentação da aposentadoria especial dos servidores com deficiência e por atividade de risco daqueles que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco, como as relacionadas aos segmentos de Oficiais de Justiça, Polícia Judicial/Agentes de Segurança Judiciária/MPU, áreas médicas e odontológicas, entre outras.
101. **Lutar contra o machismo, o racismo, a homofobia, o capacitismo e qualquer forma de preconceito e assédio no Judiciário:** na Fenajufe já foi aprovada, chegou a hora no Sintrajud. Pela equidade de gênero na Direção do Sintrajud, chamando uma assembleia para modificação do Estatuto;
102. **Nas ruas, nas redes sociais e no Parlamento. Contra o tudo ou nada sindical** – a pressão em cima dos nossos representantes no Congresso se faz necessária. Porém, achar que só uma forma de instrumento de luta (greve/ ato de rua) é suficiente, é relegar

a segundo plano outras táticas a serem potencializadas. Por isso, defendemos a tríade acima: pressão parlamentar (na base e em Brasília), trabalho permanente de defesa dos servidores nas redes sociais e pressão nas ruas, em unidade com os demais trabalhadores de todos os espectros ideológicos.

103. Além disso, não podemos cair no tudo ou nada sindical defendido pela atual gestão. O erro em 2016 e 2019 na luta pelo PCS e contra a reforma da previdência prejudicou diversos colegas, por exemplo. Se derrotamos a reforma administrativa e conseguirmos algum índice emergencial, foi porque não abrimos mão da atuação nos bastidores do Congresso, de pressão direta sobre os parlamentares.
104. Acreditamos por fim que a mobilização e a luta da categoria devem constituir o eixo norteador e impulsionador para os avanços acima mencionados. Porém, não podemos cair nas ciladas das bravatas. Bravatas por vezes soam bem aos nossos ouvidos e trazem aparência de solução imediata, mas só a luta real, com pedagogia do exemplo e efetivos avanços para a categoria e a classe trabalhadora, nos levarão a um outro patamar de sindicalismo e consciência na categoria!

Assinam essa tese, em ordem alfabética:

Alexandre Franco, oficial de justiça TRT 2^a
Ana Cristina de Azevedo, oficial de justiça TRT 2^a
Antonio Pandini Neto, analista judiciário TRE-SP
Eduardo Pimenta Caetano, TRF 3^a
Elaine Amaral analista judiciário TRF 3^a
Erlon Sampaio de Almeida, oficial de justiça, Justiça Federal SP
Eveline Davi de Lima, técnica judiciária TRE SP
Flávio Conrado Junior, aposentado Justiça Militar Federal SP
Flávio Romeu de Souza Franco, oficial de Justiça TRT 2^a
Geraldo dos Santos Forte, aposentado TRF 3^a
Irisdalva Lourenço Ribeiro, aposentada TRT 2^a
Isaac Newton da Silva, agente de polícia TRT 2^a
Ítalo Leonelo Junior, agente de polícia aposentado, TRT 2^a
Luciane Pianta de Azevedo, analista judiciária Justiça Federal de Campinas
Marli Aparecida Perim, oficiala de justiça TRT 2^a
Maria Aparecida Carletto, aposentada TRT 15^a
Maria Helena Garcia Leal, aposentada TRF 3^a Região
Neemias Ramos Freire, aposentado TRT 2^a
Olizeo Lino Tissi, oficial de justiça TRT 2^a
Paulo Dionizio Silva, técnico judiciário Justiça Federal São Bernardo do Campo
Sandra Regina Pestana Tirlone, técnica judiciária Justiça Federal de Santos
Silvia Hernandez, aposentada TRT 2^a
Simone dos Santos Oliveira, oficiala de justiça TRT 2^a
Susel Tardivo Fraga, oficiala de justiça TRT 2^a
Tatiana Agiti Carneiro, analista judiciária TRT-2^a
Thiago Duarte Gonçalves, oficial de justiça TRT 2^a
Valeria Ferraz, oficiala de justiça TRT 2^a
Vanessa Cardoso Falcão, técnica judiciária TER SP